

Protocolo nº 33002. 027308/2014-00

Data Registro: 27/02/14

Assinatura: \_\_\_\_\_



**Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Instituto Brasileiro De Governança Corporativa – IBGC a a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, objetivando a cooperação acadêmica e técnica.**

O INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.082.331/0001-80, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, Conjunto 2508, Edifício World Trade Center, Bairro: Brooklin Novo, São Paulo/SP, neste ato representada por **Heloisa Belotti Bedicks**, brasileira, superintendente geral, portadora da cédula de identidade RG nº. [REDACTED], inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED], pelo Diretor **Matheus Corredato Rossi**, brasileiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº. [REDACTED] inscrito no CPF/MF sob o nº. [REDACTED] AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, pessoa jurídica de direito público com sede na Avenida Augusto Severo nº 84, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20021-040, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **André Longo Araújo de Melo**, brasileiro, médico, casado, portador da cédula de identidade RG nº [REDACTED] inscrito no CPF/MF sob [REDACTED], com domicílio profissional no endereço da sede da ANS acima indicado, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, sujeitando-se, no que couber, ao disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, observadas as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Acordo de Cooperação técnica tem por objetivo instituir e regulamentar a cooperação científica e técnica entre o IBGC e a ANS destinada à realização de eventos acadêmicos/científicos, palestras, mesas redondas, bem como outros projetos de interesse, com vistas a, conjuntamente, possibilitar o debate de temas relacionados ao mercado de saúde suplementar.

1.2. A gestão do presente Acordo de Cooperação técnica ficará a cargo do Superintendente Geral do IBGC e da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras – DIOPE da ANS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. Compete à ANS:

2.1.1. Sugerir ao representante do IBGC acima indicado temas de interesse a serem objeto das atividades compreendidas pelo presente Acordo de Cooperação técnica; e

2.1.2. Sempre que possível, disponibilizar seu auditório localizado na sede da ANS no Rio de Janeiro, bem como outros espaços que as partes considerarem adequados para a realização de palestras e debates no âmbito deste Acordo de Cooperação técnica.

2.2. A utilização de recursos financeiros da ANS para a consecução dos eventos compreendidos no presente Acordo de Cooperação técnica será restrita às despesas relacionadas ao deslocamento de pessoal e aos materiais informativos/educativos utilizados, tais como cadernos editados pela própria ANS.

2.3. As despesas referidas no item 2.2. não importarão subsídio ou transferência de recursos, as quais deverão ser prévia e expressamente autorizadas pela DIOPE, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

2.4. É de responsabilidade do IBGC:

2.4.1. Sugerir temas de interesse para estudo no âmbito do presente Acordo de Cooperação técnica para a realização das atividades identificadas no item 1.1 acima;

2.4.2. Disponibilizar o espaço físico na sua sede social necessário ao desenvolvimento das atividades decorrentes deste Acordo de Cooperação técnica, desde que haja disponibilidade para tal;

2.4.3. Promover a realização de eventos, palestras e debates, observados os temas de interesse relacionados ao presente Acordo de Cooperação técnica; e

2.4.4. Divulgar os eventos decorrentes deste Acordo de Cooperação técnica por meios eletrônicos, malas diretas, dentre outros instrumentos, devendo, em todos os casos, frisar que o evento em questão se refere à iniciativa decorrente do presente Acordo de Cooperação técnica.

2.5. O IBGC poderá divulgar nos eventos relacionados à parceria, ou outros relacionados a governança corporativa, o logo da ANS como parceira da Instituição.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O Acordo de Cooperação técnica vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado, por meio de Termo Aditivo, bem como rescindido de comum acordo entre as partes, ou unilateralmente, por qualquer um delas, mediante comunicação escrita, com antecedência de 30 (trinta) dias.

### CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1. A publicação do extrato deste Instrumento no Diário Oficial da União ficará a cargo da ANS, que deverá providenciá-la até 20 (vinte) dias após a sua celebração.

### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal na Seção Judiciária do Rio de Janeiro como o competente para dirimir quaisquer questões provenientes deste Acordo de Cooperação técnica eventualmente não resolvidas no âmbito administrativo.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2013.

Sra. Heloísa Belotti Bedicks  
Superintendente Geral do IBGC

Sr. Matheus Corredato Rossi  
Diretor do IBGC

André Longo Araújo de Melo  
Diretor-Presidente da ANS

Testemunhas:

Nome: Emerson Colares Ferreira

Identidade:

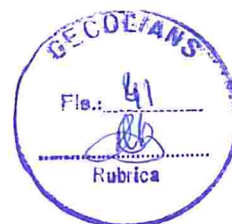
CPF:

Nome: André Celestino Tenório da Oliveira

Identidade:

CPF:





O Fundo Nacional de Saúde torna sem efeito a publicação do EXTRATO DO 3º PRORROGA DE OFÍCIO DO CONVÊNIO Nº 748531/2010, celebrado entre a União, através do Ministério da Saúde, por intermédio do Fundo Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, e a FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA, Estado de SÃO PAULO, publicado no D.O.U. nº 245, de 18/12/2013, seção III, página nº. 129.

ERASMO FERREIRA DA SILVA  
Diretor-Executivo

#### NÚCLEO ESTADUAL NO CEARÁ

##### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2013 - UASG 250017

Nº Processo: 2501601715201331. Objeto: Contratação da IM-PRENSA NACIONAL para prestação dos serviços de publicidade legal no DOU Total de 12 meses. 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inviabilidade de competição. Declaração de Inexigibilidade em 08/01/2014. SELMA CELINA MOTA Responsável Recursos Logísticos. Ratificação em 08/01/2014. SONIA MARIA VIEIRA DE SOUZA, Chefe do Serviço de Gestão Administrativa. Valor Global: R\$ 18.000,00. CNPJ CONTRATADA: 04.196.645/0001-00 IMPRENSANACIONAL.

(SIDEC - 23/01/2014) 250017-00001-2014NE00002

#### NÚCLEO ESTADUAL NO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONVÊNIOS SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

##### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 250019

Número do Contrato: 6/2013. Nº Processo: 25002005697201268. DISPENSA Nº 2/2013. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 05287012000162. Contratado: AGUARD - AGUAS MINERAIS E BEBIDAS-LTDA - EPP. Objeto: Aumento de aproximadamente de 4,4% do quantitativo do contrato, totalizando 55 galões de água mineral sem gás para atender ao Núcleo Estadual/MS/ES. Fundamento Legal: - 1º do art. 65 da Lei 8666/93 e alterações posteriores. Vigência: 17/01/2014 a 28/02/2014. Valor Total: R\$336,60. Data de Assinatura: 17/01/2014.

(SICON - 23/01/2014) 250019-00001-2014NE000010

#### NÚCLEO ESTADUAL NO PARANÁ SERVIÇO DE AUDITORIA

##### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1, DE 22 DE JANEIRO DE 2014

A Chefe substituta do Serviço de Auditoria do Ministério da Saúde no Estado do Paraná convoca o Senhor Thiago Felipe Marcato, CPF nº 03828421970, responsável legal pela empresa T. F. Marcato - Farmácia - ME, que encontra-se em local remoto ou não sabido para atender o Comunicado de Auditoria nº 02, de 7 de janeiro de 2014, encaminhado através do Ofício SEAUD/PR nº 35, de 10 de janeiro de 2014, sob registro SIPAR nº 25023.000270/2014-97, com a finalidade de solicitar documentos para subsidiar a Auditoria nº 14033, referente ao Programa Farmácia Popular do Brasil do Ministério da Saúde. Em caso de não atendimento no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação deste, o relatório final dessa atividade de controle será concluído, e ensejará a renúncia do processo de auditoria ao Fundo Nacional de Saúde (FNS/SE/MS) para providências, e a inclusão do nome da farmácia no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sem prejuízo do ajuizamento da pertinente ação de cobrança pela Procuradoria da Fazenda Nacional, em conformidade com a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e parágrafo 2º do artigo 43 da Portaria nº 971/GM/MS, de 15 de maio de 2002. Qualquer dúvida e/ou esclarecimento entrar em contato com o Serviço de Auditoria no Estado do Paraná (SEAUD/DENASUS/SGEP/MS), pelo telefone (41) 33108255 ou no endereço: rua Cândido Lopes, 208, 3º andar, sala 306. Centro - CEP 80020-060 - Curitiba/PR.

ELIANA MARIA DE LIMA MARTINS

#### NÚCLEO ESTADUAL EM SÃO PAULO

##### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2014 - UASG 250037

Nº Processo: 25004011765201399. Objeto: Contratação de assinatura do Diário Oficial da União, Seção 1, 2 e 3, para o exercício de 2014. Total de 12 meses. 00001. Fundamento Legal: Art. 116, 1ª da Lei 8666/93 e Decreto 6170/07. Justificativa: Competência Institucional exclusiva para Edição e Comercialização do Diário Oficial da União. Declaração de Inexigibilidade em 30/10/2013. IONE MORETTI, Chefe da Divisão, Ratificação em 22/01/2014. ANTONIO LOPES DO CARMO, Chefe do Setor, Valor Global: R\$ 2.036,00. CNPJ CONTRATADA: 04.196.645/0001-00 IMPRENSA NACIONAL.

(SIDEC - 23/01/2014) 250037-00001-2014NE00001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032014012400133

#### AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

##### EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Partes: Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Objeto: Instituir e regulamentar a cooperação científica e técnica entre as partes, conforme Cláusula Primeira do instrumento. Processo Administrativo nº 3390.544615/2013-61. Vigência: de 18/12/2013 a 18/12/2018. Data da assinatura: 18/12/2013.

##### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2013

Registrador: Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Constitui objeto do presente Termo de Contrato a aquisição dos itens 1, 2, 3 e 4, para atender as demandas de recursos de tecnologia da informação da ANS, conforme condições e especificações constantes dos anexos do edital. Contratante: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Contratada: CTIS TECNOLOGIA S/A. CNPJ Contratado: 01.644.731/0001-32. Valor global: R\$ 13.498.355,13 (treze milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos). Vigência: De 16/12/2013 até 15/12/2014. Termo de Contrato, oriundo do Pregão Eletrônico nº 41/2013. Processo: 3390.409866/2012-10. Data da assinatura: 16/12/2013.

#### DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DAS OPERADORAS

##### COMUNICADO

##### AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, como órgão de controle das atividades que garantam a assistência suplementar à saúde, vem comunicar o que se segue:

Na presente data, fica concedida a Autorização de Funcionamento às Operadoras de Planos de Assistência à Saúde abaixo relacionadas, após ter sido concluída, pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE e pela Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, a análise de seus processos de Autorização de Funcionamento, relativa à Resolução Normativa - RN nº 85, de 7 de dezembro de 2004, e suas posteriores alterações.

Razão Social	Registro de Operadora	Número do Processo
Sociedade Beneficente União Operária de Aracaju	34381-1	33902.053314/2005-13
Unimed Teresina - Cooperativa de Trabalho Médico	53355-3	33902.053735/2005-44
Aboluta Administradora de Benefícios Ltda	41926-5	33902.857842/2013-54

Em 23 de janeiro de 2014.  
CESAR BRENHA ROCHA SERRA  
Diretor Adjunto

#### AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

##### EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2014 - UASG 253002

Nº Processo: 25351684264201358. INEXIGIBILIDADE Nº 4/2014. Contratante: AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA - SANITÁRIA. CNPJ Contratado: 09220312000185. Contratado: DAIANA CASTILHO DIAS - ME - Objeto: Apoio institucional para realização da exposição "A Sua Saúde". Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 23/01/2014 a 10/04/2014. Valor Total: R\$1.000.000,00. Data de Assinatura: 23/01/2014.

(SICON - 23/01/2014) 253002-36212-2014NE000001

##### EDITAL Nº 32/2013 CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A PROVA OBJETIVA

O Diretor-Presidente da AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA, no uso das atribuições, torna público o presente Edital referente ao período recursal das Provas Objetivas do Curso de Formação Profissional.

##### 1 DOS RECURSOS DA PROVA OBJETIVA DO CURSO DE FORMAÇÃO

1.1 Será admitido recurso quanto à divulgação do gabarito da Prova Objetiva do Curso de Formação Profissional.

1.2 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o endereço eletrônico do Cetro Concursos ([www.cetroconcursos.org.br](http://www.cetroconcursos.org.br)) e seguir as instruções ali contidas. Os recursos poderão ser interpostos no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados a partir da divulgação do gabarito oficial.

1.3 O caderno das provas objetivas e o gabarito preliminar serão disponibilizados no site do Cetro Concursos ([www.cetroconcursos.org.br](http://www.cetroconcursos.org.br)), em área restrita, na data provável de 27 de janeiro de 2014.

1.4 Os recursos interpostos que não se referirem especificamente ao evento aprazado não serão apreciados.

1.5 Admitir-se-á um único recurso por candidato.

1.6 A interposição dos recursos não obsta o regular andamento do cronograma do concurso público.

1.7 Não serão aceitos recursos interpostos por correspondência (SEDEX, AR, telegrama etc.), fac-símile, telex ou outro meio que não seja o estabelecido no item 1.2.

1.8 O ponto relativo a uma questão eventualmente anulada será atribuído a todos os candidatos.

1.9 Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá eventualmente alterar a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para aprovação.

1.10 Depois de julgados todos os recursos apresentados, será publicado o resultado final do concurso público, com as alterações ocorridas em face do disposto no subitem 1.9.

1.11 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente aos pedidos de recursos e indefendidos.

1.12 Não serão apreciados os Recursos que forem apresentados:

a) em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo;

b) fora do prazo estabelecido;

c) sem fundamentação lógica e consistente; e

d) com argumentação idêntica a outros recursos.

1.13 Em hipótese alguma será aceito recurso de recurso, recurso do recurso ou recurso de gabarito final definitivo.

1.14 A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

#### DIREU BRÁS APARECIDO BARBANO

##### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 5/2014 - UASG 253002

Nº Processo: 25351644643201201. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Brigada contra Incêndio, a serem executados de forma contínua, nas dependências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Edifício Sede única Setor de Indústria e Abastecimento - S.I.A. trecho 3, Área Especial 57, no âmbito do Distrito Federal, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência, pelo período de 12 (doze) meses. Total de 12 meses. Edital: 24/01/2014 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: SIA Trecho 05, Área Especial 57, Bloco "d", Térreo, Contingente, BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 24/01/2014 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 05/02/2014 às 10h00 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

SERGIO SOUSA DOS SANTOS  
Pregoeiro

(SIDEC - 23/01/2014) 253002-36212-2013NE000002

#### GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

##### EXTRATO DE DOAÇÃO

DOADOR: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa - CNPJ 03.112.386/0001-11. DONATÁRIA: Creche Criança Cidadã de Planaltina - CNPJ 05.834.600/0001-79. OBJETO: Doação de bens móveis, conforme processo 25351.624383/2013-27. Amparo Legal: Decreto nº 99.658/90 e suas alterações. ASSINATURA: 09/12/2013. SIGNATÁRIOS: Marco Antônio Machado de Macedo, Gerente-Geral de Gestão Administrativa e Financeira da Anvisa e José Ribamar Moreno Lemos, Presidente da Creche Criança Cidadã de Planaltina.

#### GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

##### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2014 - UASG 253022

Nº Processo: 25766579524201387. Objeto: Contrato com a Imprensa Nacional, para publicação de materiais oficiais desta CVSPAF/RR/ANVISA. Total de 12 meses. 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Atender a demanda da CVSPAF/RR/ANVISA. Declaração de Inexigibilidade em 22/01/2014. ROSINEIDE TAVARES DE SOUZA PÍCANCO, Pregoeiro Oficial. Ratificação em 22/01/2014. KATIA FÁRIA DA SILVA, Coordenadora. Valor Global: R\$ 8.000,00. CNPJ CONTRATADA: 04.196.645/0001-00 IMPRENSANACIONAL.

(SIDEC - 23/01/2014) 253022-36212-2013NE000003

##### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2013 - UASG 253022

Número do Contrato: 10/2009. Nº Processo: 25766131136200803. PREGÃO SISP Nº 11/2009. Contratante: AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA - SANITÁRIA. CNPJ Contratado: 33000118000179. Contratado: TELEMAR NORTE LESTE S/A - Objeto: Aditivo ao contrato nº 06/2009 para contratação de serviço de telefonia fixa para a CVPA/RR. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 10/12/2013 a 09/12/2014. Valor Total: R\$8.893,28. Data de Assinatura: 06/11/2013.

(SICON - 23/01/2014) 253022-36212-2013NE000003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.